



Recebido em: 19/12/2023

Aprovado em: 02/01/2024

Publicado em: 12/07/2024

## INDÍGENAS E CABOCLOS ENTRE FALÁCIAS DO VAZIO GEOGRÁFICO NO SUDOESTE DO PARANÁ

### INDIGENOUS AND CABOCLOS AMONG FALLACIES OF THE GEOGRAPHIC EMPH IN THE SOUTHWEST OF PARANÁ

### INDÍGENOJ KAJ MESTIZOJ INTER LA MENSOGAJ DISKURSOJ PRI GEOGRAFIA MALPLENO EN LA SUDOKCIDENTO DE PARANAO

Evandro Marcos Leonardi<sup>54</sup>

#### Resumo

No presente trabalho, desenvolvemos uma reflexão sobre o contexto sociocultural e etnográfico que antecede a revolta dos posseiros no sudoeste do Paraná em 1957, nos valendo para isso, de alguns textos da historiografia “oficial” sobre o tema. Nosso objetivo fundamental é desconstruir analiticamente as falácias do vazio geográfico e dos discursos e narrativas levadas a efeito por alguns historiadores e cronistas que, grosso modo, sugerem que a região é “desabitada” e “vazia”. Nossos materiais são oriundos de pesquisa exploratória e revisão de literatura, refletindo sobre as narrativas empregadas pela historiografia e demais documentos sobre esse contexto social e histórico que vai desde meados do século XIX até meados do século XX. O trabalho avança em relação à desconstrução de narrativas que procuram invisibilizar populações nativas e culturas miscigenas como os caboclos da região que recobre o Sudoeste, enfatizando, no lugar destas, culturas eurobrasileiras protagonizadas pelo pioneiro sulista, realçado pelo discurso de desenvolvimento e progresso que não reconhecem outros mecanismos de exploração da terra e subsistência econômica.

**Palavras-chave:** Revolta dos posseiros. vazio geográfico. Caboclos. Indígenas. Sudoeste do Paraná.

<sup>54</sup> Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2003). Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Toledo (2007). Doutor em Ética e Filosofia Política pelo PPGF - UFSC, com estágio de doutorado na Université Paris-Diderot, com financiamento do PDSE/CAPES. Docente do IFPR - Campus Avançado Coronel Vivida. Membro Permanente do GT Ética e Política na Filosofia do Renascimento da ANPOF. Pesquisador do Grupo Pesquisa Ética e Política (Linha: Poder, política e legitimidade) do CNPq. Pesquisa autores e temas como: Pensamento Político no Renascimento. Nicolau Maquiavel (1469 - 1527). Republicanismo Clássico e neorepublicanismo. Ética e Filosofia Política Moderna. Ética protestante e espírito capitalista na sociologia de Max Weber. Pesquisa também temas como agrobiodiversidade, meio ambiente e sementes crioulas. E-mail: evandroleonardi@gmail.com



### Abstract

In the present work, we develop a reflection on the sociocultural and ethnographic context that precedes the settlers revolt in southwestern Paraná in 1957, using some texts from the “official” historiography on the subject. Our fundamental objective is to analytically deconstruct the fallacies of geographic emptiness and the discourses and narratives carried out by some historians and chroniclers who, roughly speaking, suggest that the region is “uninhabited” and “empty”. Our materials come from exploratory research and literature review, reflecting on the narratives used by historiography and other documents about this social and historical context that ranges from the mid-19th century to the mid-20th century. The work advances in relation to the deconstruction of narratives that seek to make native populations and miscegenous cultures invisible, such as the caboclos of the region that covers the southwest, emphasizing, in their place, Euro-Brazilian cultures led by the southern pioneer, highlighted by the discourse of development and progress that they do not recognize other mechanisms of land exploitation and economic subsistence.

**Keywords:** Settlers revolt. geographic emptiness. Caboclos. indigenous people. Southwest of Paraná.

### Resumo

En la nuna verko, ni disvolvas pripensadon pri la socikultura kaj etnografia kunteksto, kiu antaŭas la ribelon de terokupantoj en sudokcidenta Paranao en 1957, uzante kelkajn tekstojn el la "oficiala" historiografio pri la temo. Nia fundamenta celo estas analize malkonstrui la erarojn de geografia vakuo kaj la diskursojn kaj rakontojn faritajn de kelkaj historiistoj kaj kronikistoj, kiuj sugestas, proksimume, ke tiu regiono estas "senloĝata" kaj "malplena". Niaj materialoj venas el komencaj esploroj kaj recenzo de tiamaj tekstoj, pripensante la rakontojn uzatajn de la historiografio kaj aliaj dokumentoj pri tiu socia kaj historia kunteksto, kiu iras el mezo de la 19-a jarcento ĝis la mezo de la 20-a jarcento. La verko progresas rilate al la malkonstruado de rakontoj, kiuj celas nevidigi indiĝenajn loĝantarojn kaj miscegenitajn kulturojn, kiel la “mestizoj” de la regiono, kiu kovras la sudokcidenton, emfazigante, anstataŭe, la eŭro-brazilajn kulturojn gvidatajn de la suda pioniro, elstarigitaj per la diskurso de evoluo kaj progreso, kiuj ne rekonas aliajn mekanismojn de terekspluato kaj ekonomia vivtenado.

**Ŝlosilvortoj:** ribelo de terposedantoj. geografia malpleno. Mestizoj. indiĝenaj homoj. Sudokcidento de Paranao.

### INTRODUÇÃO

As últimas frases de Karl Marx (1818-1883) no *18 de Brumário de Luís Bonaparte* profetiza a derrocada do imperialismo francês. Com efeito, mesmo que tenha tardado, após a dissolução do segundo império francês de Luís Bonaparte, a comuna de Paris derruba a estátua de bronze de Napoleão, o tio, do alto da coluna de Vêndome (MARX, 2011, p. 154).

Na imagem abaixo, alguns posseiros do sudoeste do Paraná igualmente derrubam o obelisco dedicado a Julio Assis Cavelheiro, no centro da cidade de



Francisco Beltrão, município pivô dos acontecimentos conhecidos como revolta dos posseiros em 1957 na região sudoeste do Paraná.



FOTO 1 - DERRUBADA DO OBELISCO, 10 OUT. 1957 FONTE: Revista O Cruzeiro – 1957. In: Jornal de Beltrão – Suplemento Especial, 10 out. 2007.

A derrubada desse obelisco está carregado de significados em função de não haver consenso sobre a real contribuição desse personagem nos eventos principais da revolta dos posseiros. Muitos colonos sulistas associaram esse personagem a grandes companhias agrícolas da época que especulavam e se diziam proprietárias legítimas dessas terras e, em função disso, viam esse personagem com despeito e suspeição.

Da mesma forma, esse pequeno estudo também desconfia do tratamento historiográfico e das narrativas dadas sobre as populações que habitavam essa mesma região antes do famigerado conflito dos colonos na década de 50. É nesse contexto específico que nos debruçamos nesse presente estudo.

## **ANTECEDENTES SOCIOCULTURAIS DA REVOLTA DOS POSSEIROS**

O Brasil conheceu, na região sudoeste do Paraná, um de seus mais brilhantes capítulos de revolta popular ao qual o protagonismo do povo se sobrepôs ante forças e influências capitalistas, especulação fundiária, tráfico de influência política, violência física e moral e demais interesses de famílias aristocráticas, empresas e companhias



corruptas. A revolta dos posseiros enfrentou dilemas, desconfianças, pressões diversas, interesses escusos, mas ao final soergueu-se soberana como movimento camponês. Impôs ao Estado a necessidade imperativa de promover reforma agrária a partir da concessão de títulos de terra após cinco anos decorridos desde o desfecho da revolta.

Essa descrição acima, no entanto, não deve nos enredar para uma fantasia romântica sobre os acontecimentos nessa região no ano de 1957. Ao contrário. Este estudo procura polemizar uma hipótese que não pode passar despercebida sobre o êxito logrado por esse movimento. Tal hipótese se relaciona com uma premissa sociocultural, qual seja, a de que a vitória dos revoltosos também se mede pela origem étnica desses: descendentes, majoritariamente, de eurobrasileiros sulistas, pele branca e com características culturais tidas como superiores aos demais habitantes, nativos e nômades, da região.

### **Falácias do “vazio demográfico”**

O conhecimento sobre o sudoeste do Paraná cresceu significativamente no meio acadêmico, desde a década de 1970 até o presente. São pouco mais de cinquenta anos de razoável número de publicações sobre nossa formação histórica enquanto região. Artigos, dissertações e teses se revezam entre diferentes públicos aos quais os textos são endereçados: de grupos mais heterogêneos e leigos, simplesmente interessados em relatos históricos, com informações jornalísticas, além de motivações sobre a origem de terminologias bairristas e regionalistas, receitas culinárias e objetos de usos históricos na agricultura e demais atividades extrativistas locais, até um público mais restrito, com formação acadêmico-universitária.

Os temas abordados geralmente buscam reforçar a origem da agricultura familiar além de questões fundiárias e imobiliárias sobre a legitimidade histórica da terra nessa região. Sobre isso, farta literatura se debruça sobre o herói pioneiro e sobre os fatos que vão culminar com a luta pela terra no sudoeste do Paraná, impactadas pela revolta dos posseiros em 1957, eixo maior ao qual gravitam as literaturas histórico-sociológicas sobre a região.

Contudo, é preciso dizer que esses eventos são “recentes” do ponto de vista histórico sobre o povoamento nessa região. Faz-se necessário abordar sobre uma



metodologia de análise histórico-social que parte de uma premissa ideológica peculiar: a do ocultamento. Ocultamento de povos originários indígenas, grupos miscigenados conhecidos como caboclos que habitam essa região e que são tornados invisíveis por grande parte da literatura que se debruçou a mapear a formação social do sudoeste. Literatura essa de base eurocêntrica e caracteristicamente colonialista.

Com isso em mente, a derrubada do monumento de Assis Cavalheiro em Francisco Beltrão nos serve de metáfora para que possamos ter a coragem de derrubar outros monumentos e representações que se construíram no sudoeste paranaense. O principal deles, justamente essa literatura histórica baseada em fundamentos ideológicos acaba revelando uma mentalidade que é hegemônica no Brasil: a da superioridade branca sobre os povos originários e miscigenados.

### **Povos indígenas no sudoeste**

O território que recobre o sudoeste do Paraná foi precocemente avaliado como terra abandonada. Em Carta Régia de Dom João VI, já aparece a característica de vazio geográfico:

Sendo-me presente e quasi total abandono, em que se acham os campos geraes da Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que desaguan no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay, todos comprehendidos nos limites dessa Capitania e infestados pelo Indios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietarios, que nos mesmos países têm procurado tomar sesmarias e cultiva-las em benefício do Estado, de maneira tal que em todo o terreno que fica ao Oeste da estrada real, desde a Villa da Faxina até a Villa das lages, a maior parte das fazendas, que estão em dita estrada, se vão despovoando, umas por terem os Indios Bugres morto os seus moradores, e outras com o temor que sejam igualmente victimas [sic!] (BRASIL, 1809).

Como se percebe no texto da carta, a terra não é desabitada ou despovoada. Ao contrário: é uma terra “infestada” por silvícolas. Ou seja, desde essas primeiras caracterizações dos territórios que recobrem o sudoeste até princípios de 1930 a 1940, a forma de compreensão antropológica oficial é de que indígenas e caboclos não são levados em conta enquanto categoria de desenvolvimento, de progresso, de civilização. Essa realidade não é característica apenas dessa região, mas se alarga em escala nacional.



É nesse horizonte que consideramos pertinente a discussão dos antecedentes da revolta dos posseiros. Requisitos culturais, étnicos e geográficos merecem maior atenção nessa discussão. A ocupação regional e o devido “preenchimento” ocupacional se reveste de uma roupagem racista, patrocinado pela mentalidade que se vale, antes de tudo, do binômio superioridade-inferioridade étnico-cultural. A necessidade de uma frente pioneira nessa região só faz sentido a partir da negação do reconhecimento de minorias e etnias já moradoras nessa faixa de território.

Com efeito, essa invisibilidade de comunidades originárias e mestiças (índios, caboclos, quilombolas, ribeirinhos, etc), suas tradições, suas culturas, suas demandas, tem sido estudadas nas últimas décadas pela antropologia, direito e sociologia. A revolta dos posseiros faz emergir não somente um conflito fundiário, mas igualmente a legalidade do direito e posse sobre a terra. Sobre a legalidade da posse da terra nas glebas missões e chopim vemos como os estudos ainda são limitados senão que parciais sobre essa matéria.

Não surpreende que anterior a 1988, as constituições federais reforçam esse eco de uma zona de sombra, uma vez que meramente atribuem uma questão de respeito aos índios em relação à posse da terra. Tratam os territórios ocupados por esses povos sempre como domínios da União. “O reconhecimento da autodeterminação [dos povos originários] é limitado, uma vez que a propriedade da terra é da União, a ser conferida no processo administrativo de demarcação, a despeito do caráter declaratório da ocupação tradicional indígena” (MPF/ANPR, 2018). No caso aqui discutido, o território do sudoeste é compreendido como terras devolutas, pertencem ao ente maior, a União. Assim sendo, o imbróglio sobre as duas glebas existentes à época que precedeu a revolta dos posseiros condiz com a reflexão do Ministério Público Federal:

a perspectiva da propriedade privada é transportada para o caso, valorizando-se o registro em detrimento de uma abordagem que respeite a diretriz constitucional na matéria, baseada nos usos, costumes e tradições.

A lógica da propriedade privada sobre a terra, somada a um entendimento flexibilizado sobre a posse da mesma pelos povos originários são “típicos da colonialidade do poder em que a sociedade brasileira está inserida, a qual coloca os



povos tradicionais como representantes do atrasado e pré-moderno, que atravanca o progresso e a modernidade” (MPF/ANPR, 2018, p. 124). Não se trata de não reconhecer que existam povos originários. Trata-se de uma compreensão ainda mais funesta e colonialista: o que existe não é compreendido como possuindo dignidade, identidade, humanidade.

Certas demandas nem sequer são ajuizadas na Justiça Federal, pois os autores intencionalmente não cogitam da existência de povos indígenas naquele local, mas meros ‘mestiços’, ‘caboclos’, sem direito algum, dentro daquela lógica, sobre as terras tradicionalmente ocupadas (MPF/ANPR, 2018, p. 124).

Assim sendo, decretar o vazio demográfico no caso dos territórios do sudoeste do Paraná é legitimar um conflito perverso entre, por um lado, o superior, relacionado ao que é branco, empreendedor, desenvolvimentista, pioneiro, possuidor de habilidades e técnicas, comerciante, ou seja, ao colono sulista, de famílias imigrantes provenientes da Europa e, por outro lado, o inferior, relacionado ao bretão, ao que é canhestro, atrasado, capial, tradicional, velho, rudimentar, ou seja, ao caboclo, resultando da mistura étnica de lusitanos com índios.

O Estado brasileiro, no interesse de proteger suas divisas e fronteiras ante a proximidade com a Argentina, percebe que a presença do caboclo e indígenas na região são insuficientes para assegurar a soberania do território brasileiro. No presente contexto, vale lembrar que teorias de determinismo geográfico, principalmente de autores como Friedrich Ratzel (1844-1904), que partia da ideia de que o ser humano é fundamentalmente um ser biológico e não social, acabaram refletindo em intelectuais brasileiros da época, fazendo culminar uma ideia de unidade territorial. De 1930 em diante o governo de Vargas inicia um plano de ocupação dos territórios, principalmente em regiões fronteiriças, partindo de uma perspectiva geopolítica de centralização do Estado brasileiro. Em 1943, Getúlio Vargas a partir do Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, cria o Território Federal do Iguazu<sup>55</sup>. Esse decreto resulta de uma

---

<sup>55</sup> O Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, criou cinco territórios federais em regiões estratégicas de fronteiras: Guaporé (atual Estado de Rondônia), Rio Branco (Estado de Roraima), Amapá (Estado do Amapá), Ponta Porã (hoje em dia parte do Mato Grosso do Sul) e Iguassú (sic!). O território do Iguazu compreendeu toda a região sudoeste do Paraná, além de parte da região oeste do Paraná e oeste de Santa Catarina.



concepção maior de pertença e de nacionalismo, preconizados pelo governo Vargas e por muitos intelectuais reunidos a seu entorno. “É no que diz respeito ao discurso apregoado pelo Governo para despertar no povo o sentimento de brasilidade e de disposição para ocupar os espaços considerados vazios do território brasileiro que surge uma das principais imagens criadas pelo Estado: ‘a Marcha Para Oeste’” (LOPES, 2005, p. 41).

Independente de questões de segurança nacional das fronteiras, a discussão sobre vazio geográfico é contumaz. Parte da literatura que recobre esse período entre a Carta Régia de 1808 até a criação do Território Federal do Iguaçu, endossa o argumento sobre a zona de sombra no sudoeste.

Trabalhos já considerados consagrados na historiografia do sudoeste como o de Lazier (1986, p. 46), aponta para uma indeterminação entre povoamento e povoado, relacionando a este último lugares como Campo-Erê, Canela, [Pato Branco], Barracão, Santo Antônio do Sudoeste. Lazier relaciona a esses poucos povoados uma informação complementar: “afora esses povoados existiam alguns moradores dispersos, inclusive fugitivos da justiça” (1986, p. 46). Com isso, o silenciamento dos povos nativos e populações caboclas moradoras da região é coroada em Lazier com uma sentença curiosa: “após a criação da CANGO<sup>56</sup> em 1943, teve início, efetivamente, o povoamento da região. Antes da criação da CANGO, o sudoeste do Paraná possuía poucos povoados e poucos habitantes” (1986, p. 52). Observa-se que não se trata de negar o povoamento, mas de negar o povoamento considerado frustrado, malgrado e fracassado conforme o modelo desenvolvimentista e colonialista. Para esse autor, o povoamento “efetivo” não se relaciona à presença de povos “pré-colombianos” e “paranaenses” que desembarcavam nas terras do sudoeste para extrair erva-mate ou criar suínos.

Outro historiador paranaense, que se ocupa de estudar a região do sudoeste do Paraná é Ruy Christovam Wachowicz, professor da UFPR e PUC/PR desde os anos 1970 até os anos 1990. Em Wachowicz, na obra *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*, o indígena aparece sempre como figura subalterna e anônima enquanto coletivo e povo que habita o território. A presença de indígenas no sudoeste na obra de

---

<sup>56</sup> CANGO: Colônia Agrícola Nacional General Ozório.



Wachowicz tem contornos depreciativos. Ele faz, inclusive, um infeliz cotejamento conceitual ao associar indígenas a bugres. Ao comentar do ciclo econômico do suíno na região às primeiras décadas do século XX, temos:

o porco alçado com algumas dezenas de quilos era vendido para o safrista. Começava então a segunda etapa da criação e comercialização do suíno. O porco alçado era produzido pelas camadas mais pobres da região, inclusive pelos bugres que eram relativamente numerosos no sudoeste (WACHOWICZ, 1987, p. 74-75. Grifo nosso).

Observe-se que essa depreciação que se dá pela transmutação do conceito de índio pelo de “bugre” nos leva à longínqua idade média quando a expressão bugre denotava a perseguição católica romana à sectarismos ortodoxos na Bulgária. Inculto, selvagem e não cristão seriam as alcunhas presenteadas a estes por aqueles. Some-se a isso, a informação de “relativamente numerosos” por Wachowicz. Ou seja, haviam sim populações mas elas receberam do autor, escanteamento e anonimato. Resta em Wachowicz tão somente uma literatura ufanista, na qual despontam apenas figuras individualizadas dos indígenas: comandante Nonohay (p. 13), *pai-bang* (cacique) Vitorino Condá (p. 16), líder *pai-bang* Viri (p. 16), líder *pai-bang* Vaitom (p. 18). Esse ufanismo, no entanto, serve apenas para potencializar a capacidade colonizadora dos brancos, os quais souberem “utilizar” os conhecimentos desses “heróis” silvícolas para fazer avançar, como quer Wachowicz, o “efetivo povoamento”. Os líderes indígenas descritos por esse historiador têm a bravura do heroísmo mas apenas na medida em que facilitam e coadjuvam os interesses coloniais. A reflexão sobre sua pertença ao território sequer é levada em consideração por essa historiografia oficial. Como aponta Mota (1994, p. 4),

[...] na maioria dos discursos oficiais, em livros didáticos, nas obras sobre o pioneirismo no norte do Estado, nos trabalhos acadêmicos que tratam da ocupação da região a partir da década de 30 deste século, é comum encontrar a afirmação de que essas terras eram “devolutas”, “selvagens”, “desabitadas”, “estavam abandonadas”, “virgens”, “selváticas”, “sertão bravio”. As terras do setentrião, do oeste e sudoeste paranaense, para o colonizador dos anos 1920 aos anos 1950 deste século são desabitadas, vazias, prontas para serem ocupadas e colonizadas. É o mito do vazio demográfico.



Nessa mesma linha de pensamento, ou seja, da construção do discurso do vazio geográfico ou daquilo que Zatta (2016) chama de “zona de sombra”, pressupõe uma ação de invisibilização de grupos étnicos que já habitam a região.

Essa abordagem, hoje o sabemos, é etnocêntrica e eurocêntrica. Não surpreende que ao final de sua obra, Wachowicz, depois de haver silenciado sobre o tema da legitimidade da terra e do território bem como sobre seus legítimos habitantes – os indígenas, acabe por povoar o sudoeste a partir das migrações gaúchas e catarinenses. Seu silêncio igualmente se acumula sobre os caboclos. A respeito destes habitantes em específico, a imprecisão étnica se reveza ao preconceito social.

### **Caboclos no sudoeste do Paraná**

Eu tava em casa. Disse a patroa pra mim bem cedo. Ói, dá um jeito num sar, num tenho sar pra temperá a panela. Digo, eu não vou. Eu vou matar um tateto. Peguei um cachorro por nome Piri e outro nome Telo# , e saí. Fui nos paio, matei quatro tateto e uma paca e curei uma abeia. Vortei rico pra casa – ou num vortei? Ma vortei memo. Quanto de carne? Um tateto dá vinte quilo de carne. Uma paca daquela grandona também. Uma abeia gorda quanto de mér dá? Pra os doce, serve de açúcar. Vortei rico porque o conforto da casa eu truche que tava precisando, como é que num vortei rico? (ABRAMOVAY, 1981, p. 26).

É inegável relativa imprecisão em torno ao conceito de caboclo. Sua origem conceitual remonta ao Tupi. Françoise e Grenand (apud BOYER, 1999, p. 8) sugerem que “caboclo vem de *caá*, mato, monte, selva, e *boc*, retirado, saído, provindo, oriundo”. Entre sair da selva e entrar na selva, alguns autores concordam que o caboclo se retira do espaço razoavelmente habitado para buscar outros espaços mais inóspitos e selvagens para continuar vivendo o que, invariavelmente, os remetem à vida na selva. Com o tempo, os significados de caboclo foram se albergando aos de rural, provinciano, capial, da roça, ou seja, o conceito se reedita para sentidos abertamente pejorativos. A esses lugares aos quais o caboclo desenvolve seu estilo de “produção agrícola de subsistência” (MONDARDO, 2008, p. 5), não raro é comparado, portanto, ao que é sinônimo de atrasado, superado e periférico. Do horizonte socioespacial à conexão moral. E aqui nos utilizamos de um escritor que não deixa de causar espanto pela importância na literatura brasileira: Monteiro Lobato.



Funesto parasita da terra é o caboclo, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive a beira dela, na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização das terras, vai ele refugindo em silêncio, com seu cachorro, o seu pilão a pica-pau e o isqueiro, de modo à sempre conservar-se mudo e sorno [...] (LOBATO, 2009, p. 83).

O Jeca Tatu do sudoeste não foge à essa infeliz regra. Se o caboclo condiz com um pensamento hegemônico que o representa como meramente um “parasita” da terra a qual habita, então justifica-se, segundo essa visão, a ideia de que se faz premente uma verdadeira frente pioneira de ocupação, que se dará, pelo colono sulista.

É nesse panorama que a historiografia sobre a região sudoeste do Paraná também alcança os caboclos para vesti-los com a mesma indumentária dos indígenas: o anonimato e o ocultamento. Enigmática é a caracterização dada por Feres (1990, p. 494), reverberando – sem que isso cause surpresa – seu correligionário de pensamento:

Esses migrantes, conhecidos mais tarde por caboclos, instalavam-se na mata, em ‘terras de ninguém’, dedicando-se à cultura florestal e à caça. ‘Atividades menos pesadas que a agricultura’ e suficientes para lhes garantir o necessário para a sobrevivência. ‘Vivem mal, moram mal, vestem-se mal, mas alimentam-se muito bem’, na expressão de Hermógenes Lazier’.

Esse excerto, além de ser acrítico, revela uma peculiar ambiguidade: “alimentam-se [os caboclos] muito bem”, embora não “vivam bem”. Este mesmo autor, afirma que os caboclos se caracterizam por uma “ocupação sorrateira” (LANGER apud FERES, 2007, p. 84). Não há preocupação alguma de disfarçar o cinismo ao pôr lado a lado o contrassenso entre viver e morar mal com alimentar-se bem.

Dessa forma, trabalhos “tidos” como clássicos pela historiografia sobre o sudoeste como o de Corrêa (1970), Lazier (1986), Wachowicz (1987), Feres (1990) e muitos outros, são signatários dessa mentalidade etnocêntrica que, não bastando esvaziar a região sudoeste de habitantes, esvaziam o verdadeiro debate sobre a questão fundiária nessa região, reforçando apenas a legitimidade do colono sulista ao mesmo tempo que desprezam e não reconhecem os povos indígenas, como já visto anteriormente, e as populações caboclas.



A percepção crítica do sistema de dominação colonial resulta na elaboração de uma teoria que coloca a relação da sociedade europeia, cristã e industrializada com as sociedades indígenas da Ásia, África, América e Oceania centrada no binômio dominação/subordinação que compõe uma totalidade (MOTA, 1994, p. 5).

Todavia, nessa relação dominação/subordinação, a visão sobressalente é do colonizador que avança sobre as terras e triunfa soberano sobre os grupos caboclos, permitindo uma indução espontânea nos leitores de que não houve maiores problemas nesse encontro interétnico. Caso tenha havido algum conflito, nada é mencionado nas historiografias da região.

Se não bastasse, ao lado da colonização étnica, há também uma flagrante colonização da natureza, tudo em nome do progresso que os colonos trariam a região, somando-se a ele, a mentalidade de riqueza, prosperidade e alavancamento da economia, mesmo a despeito dos prejuízos climáticos e aniquilamento da maior floresta de araucária do mundo. A esse respeito Langer (2007, p. 87) pondera:

No Sudoeste do Paraná, o ‘pioneiro’ cumpriu essa missão contra a natureza (sobretudo da floresta de araucárias, hoje praticamente extinta) e os grupos que nela ‘se escondem’, para gerar a riqueza, premissa tida como irrefutável e universal. Axiomas como a fertilidade do solo, produtividade, lucro e progresso legitimam qualquer forma de aniquilamento ecológico e antropológico (ecossistemas e alteridades étnicas).

### **A supremacia do “colonizador pioneirista”**

Por fim, a lógica do colonizador, branco, cristão e europeu, é juridicamente legítima a partir – e como que de forma unívoca – do estabelecimento da mentalidade da propriedade privada. Essa modernidade europeia e colonizadora vai, mais tarde, “invadir” o próprio Estado tangenciando práticas de desenvolvimento, progresso e civilização permeadas pela exploração e domínio da terra. Caboclos e indígenas serão completamente aliçados dessas práticas, pois seus hábitos e modos de vida partem de suas relações intrínsecas com a floresta e com a natureza em geral. Essa forma específica de relação com a natureza vai, continuamente e desenfreadamente, qualificar



tão somente o solo rico e fértil, razão pela qual, os sulistas serão usufruidores efetivos e, portanto, “pioneiros” do ponto de vista dessa concepção que passará a ser hegemônica.

Nessa nova configuração que se organiza em torno às terras do sudoeste do Paraná, produz-se igualmente uma nova identidade, justamente a do colonizador, do pioneiro, do sulista, que convergem na ideia de eurocentrismo e etnocentrismo. A historiografia do período e da questão aqui tratada, grosso modo, orienta e induz a essa visão, ao utilizar um expediente de linguagem discursiva extremamente condizente com essa paisagem guetizada. “Quando a identidade leva os escritores a acreditarem que o mundo finda nos limites de sua tribo, em vez de se internacionalizarem estes autores se fecham em um etnocentrismo que reduz sensivelmente a sua legibilidade” (BERND, 2011, p. 19). Essa abordagem, acreditamos, traduz-se em uma forma assumidamente parcial dos historiadores, realçando apenas as características e visão de mundo do branco, sulista e colonizador, como aquele que é o desbravador de terras, o representante legítimo da civilização e do desenvolvimento. Os heróis indígenas supracitados, o caboclo adentrado nas matas, são meramente penduricalhos e apêndices da representação do pioneiro eurobrasileiro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quisemos aqui pôr em discussão que, embora a revolta dos posseiros tenha logrado êxito sobre companhia grileiras e políticos corruptos paranaenses, essa vitória aconteceu não sem o rechaço de culturas, etnias e tradições que já habitavam a região sudoeste. Que o “vazio geográfico” é meramente um discurso etnocêntrico negando a legitimidade de grupos étnicos não característicos daqueles a que se qualifica como agentes de desenvolvimento e civilização. Essa análise de alguns excertos de história e de alguns ensaios e artigos, põe em relevo igualmente que a narrativa não é neutra e imparcial, sendo, ao contrário, uma narrativa sociologicamente etnocêntrica, a favor, invariavelmente, de vertentes culturais europeias e de grupos étnicos brancos e cristãos. Esse é o panorama que se construiu no sudoeste do Paraná e que fundamentou as análises aqui presentes.

Para finalizar, lembramos a escrita denunciativa de Mario de Andrade em seu clássico *Macunaíma*. *Macunaíma* é um herói brasileiro. Nasceu no Amazonas e depois



se estabeleceu no sudeste brasileiro. Tem ascendência negra e indígena. No decorrer da obra, no entanto, o protagonista vai ganhando contornos fenotipicamente brancos. Esse painel desenhado por Mario de Andrade também serve para explicar a história e formação do sudoeste do Paraná. Tem uma população tradicionalmente nativa com os indígenas além de um grupo tradicional que habita essas terras conhecidos como caboclos. Mas essas populações, como que na mesma perspectiva de Macunaíma, vão sendo empurradas cada vez mais para o anonimato e para o porão, para às margens, e no seu lugar, as culturas eurocêntricas vão ganhando destaque.

Novas reflexões se abrem sobre esse problema. Devemos nos perguntar porque índios e caboclos são reduzidos ao anonimato e ao ocultamento sociocultural, negando a esses grupos qualquer possibilidade de legitimidade sobre a terra? Estudos subsequentes a esse vão trazer à tona algumas hipóteses de resposta. Mas são questões que relacionam-se também com as de racismo, de opressão de classes e de modelos de civilização. Como pondera Souza (2021, p. 27), “se faz necessário em esquema teórico que ilumine, ao invés de ocultar, todas as opressões e racismos, no plural [...]”. Nesse movimento, até mesmo questões como a da negação do que legitimamente é brasileiro não é considerada.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformação na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República). ALCÂNTARA, Gustavo Kenner; TINÔCO, Livia Nascimento; MAIA, Luciano Mariz (Orgs). **Índios: direitos originários e territorialidade**. Brasília: ANPR, 2018, 517 p.

BERND, Zilda. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

BRASIL. **Carta Régia de 05 novembro de 1808** [Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos gerais de Curitiba e Guarapuava]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 32, n. 1, Rio de Janeiro: IBGE, 1970.



FERES, João Bosco. **Propriedade da terra**: opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil. Amsterdam: CEDLA, Latin America Studies, 1990.

LANGER, Protasio Paulo. Conhecimento e encobrimento: o discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no sudoeste paranaense. **Diálogos, DHI/PPH/UEM**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 71-93, 2007.

LAZIER, H. **Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense**. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Globo Livros, 2009.

LOPES, Sérgio. **O território do Iguaçu no contexto da “marcha para oeste”**. Cascavel: Edunioste, 2005.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONDARDO, M. L. Os Caboclos no Sudoeste do Paraná: de uma “Sociedade Autárquica” a um grupo social excluído. **Revista Eletrônica História em reflexão**, Dourados, v. 2, n. 3, jan.-jun. 2008.

MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

WACHOWICZ, R. C. **Paraná, Sudoeste**: Ocupação, Colonização. Curitiba: Vicentina, 1987.